



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 37027.002568/2005-90  
**Recurso nº** 150.777  
**Resolução nº** 2402-00.063 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Data** 26 de abril de 2010  
**Assunto** Solicitação de Diligência  
**Recorrente** MINASBEB - COMÉRCIO DE BEBEIDAS LTDA  
**Recorrida** SECRETARIA DA RECEITA PREVIDENCIÁRIA - SRP

RESOLVEM os membros da Segunda Turma Ordinária da Quarta Câmara do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, em converter o julgamento do recurso em diligência à Repartição de Origem.

A large, stylized handwritten signature of Marcelo Oliveira is positioned above his name and title.

MARCELO OLIVEIRA  
Presidente e Relator

Participaram, do presente julgamento, os Conselheiros: Marcelo Oliveira, Ana Maria Bandeira, Rogério de Lellis Pinto, Ronaldo de Lima Macedo e Maria da Glória Faria (Suplente). Ausente o Conselheiro Lourenço Ferreira do Prado.

## RELATÓRIO

Trata-se de recurso voluntário apresentado contra Decisão da Delegacia da Secretaria da Receita Previdenciária (DRP), Belo Horizonte / MG, fls. 049 a 052, que julgou procedente a autuação motivada por descumprimento de obrigação tributária legal acessória, fl. 001.

Segundo a fiscalização, de acordo com o Relatório Fiscal (RF), fls. 008 a 011, a autuação refere-se a recorrente ter apresentado Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) com dados não correspondentes aos fatos geradores de todas as contribuições previdenciárias, conforme disposto na Legislação, no período de 01/1999 a 06/2005.

Ficou demonstrada a infração, segundo o Fisco, pelo falta de informação de valores pagos em pecúnia a segurados a título de alimentação e pela ausência de informação referente ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT).

Os motivos que ensejaram a autuação estão descritos no RF e nos demais anexos da autuação.

Em 16/12/2005 foi dada ciência à recorrente da autuação, fls. 044.

Contra a autuação, a recorrente apresentou impugnação, fls. 021 a 032, acompanhada de anexos.

A Delegacia analisou a autuação e a impugnação, julgando procedente a autuação.

Inconformada com a decisão, a recorrente apresentou recurso voluntário, fls. 056 a 072, acompanhado de anexos.

Posteriormente, os autos foram enviados ao Conselho, para análise e decisão.

É o relatório.

## VOTO

Conselheiro Marcelo Oliveira, Relator

Sendo tempestivo, CONHEÇO DO RECURSO e passo ao exame de seus argumentos.

### DA PRELIMINAR

Quanto às preliminares há questão que deve ser analisada.

No presente caso há autuação por suposto descumprimento de obrigação acessória tributária.

A obrigação que, segundo o Fisco, foi descumprida, foi a de não informar em GFIP todos os fatos geradores de contribuição previdenciária.

Ainda segundo o Fisco, a recorrente não informou esses fatos geradores por não considerá-los integrantes do Salário-de-Contribuição (SC) e, também, por omissão ou informação em desacordo com a alíquota SAT que deveria ser utilizada. Como a empresa não informou e não considerou esses fatos como geradores de obrigação tributária principal, o Fisco, também, lançou de ofício os valores devidos (processos 35.758.406-6 e 35.758.405-8).

Esses lançamentos estão sendo discutidos na esfera administrativa e não há como saber o resultado da análise e julgamento de cada um.

Portanto, decido converter o presente julgamento em diligência, a fim de que seja informado, por Parecer Fiscal, a atual situação de cada processo.

Após a emissão do Parecer, o Fisco deve dar ciência desta decisão e do Parecer citado à recorrente, para, caso deseje, apresente novos argumentos, no prazo de trinta dias de sua ciência.

### CONCLUSÃO

Em razão do exposto,

Voto pela conversão do julgamento em diligência, na forma do voto.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 2010

MARCELO OLIVEIRA - Relator